

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais de limpeza e higiene pessoal, visando atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais, dos Fundos Municipais e da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) de Nossa Senhora da Glória/SE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Código	Produto/Serviço/Especificação	U/M	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
161	Lixeira pequena em plástico de alta resistência com tampa e pedal, capacidade mínima de 13 litros.	UND	373,0000	R\$ 29,89	R\$ 11.148,9700
214	Saco em tecido 100% algodão, medindo aproximadamente 50x80 cm.	UND	800,0000	R\$ 7,70	R\$ 6.160,0000
450	Creme dental infantil com flúor, bisnaga com 50 g.	UND	4.300,0000	R\$ 7,43	R\$ 31.949,0000
1468	CREME INFANTIL	UND	4.300,0000	R\$ 11,89	R\$ 51.127,0000
1474	FRALDA DE TECIDO	CX	350,0000	R\$ 37,25	R\$ 13.037,5000
2071	Absorvente higiênico, tipo normal com abas, características adicionais: com gel, alta proteção, embalagem contendo externamente dados de identificação e procedência, data de fabricação, prazo de validade, atender a legislação vigente e pertinente ao produto pacote com 8 unidades.	PCT	300,0000	R\$ 10,68	R\$ 3.204,0000
2072	ÁCIDO MURIÁTICO, líquido composto de HCL+H2O incolor para limpeza em geral acondicionado em frasco contendo 1000 ml.	FRC	2.330,0000	R\$ 7,95	R\$ 18.523,5000
2073	Água sanitária, composição hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de no mínimo 2,0% a 2,5% p/p. PRODUTO À BASE DE CLORO, caixa com 12 unidades de 1000 ml cada.	CX	6.518,0000	R\$ 61,03	R\$ 397.793,5400
2074	Água sanitária perfumada, caixa com 12 unidades, de 1000 ml cada.	CX	3.123,0000	R\$ 62,44	R\$ 195.000,1200
2075	Alcool etílico para limpeza de ambientes, tipo etílico hidratado, características adicionais: gel, concentração 70%, em garrafas de 1 litro.	LT	1.586,0000	R\$ 13,73	R\$ 21.775,7800
2076	Alcool Etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70 GL), apresentação líquido, frasco com 1000 ml	FRC	4.328,0000	R\$ 10,24	R\$ 44.318,7200
2077	Algodão hidrófilo 500 gramas, não estéril, 100% algodão, embalagem individual.	Emb.	850,0000	R\$ 27,57	R\$ 23.434,5000
2078	Amaciante de roupas perfume suave, composto quaternário de amônio, embalagem plástica com 2000 ml e	Emb.	1.550,0000	R\$ 11,19	R\$ 17.344,5000

	com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.				
2079	APARELHO BARBEAR, TIPO DESCARTÁVEL, MATERIAL LÂMINA AÇO INOX, QUANTIDADE LÂMINAS 2 UN, MATERIAL CABO PLÁSTICO	UND	250,0000	R\$ 9,86	R\$ 2.465,0000
2080	Cera líquida, características adicionais: antiderrapante, impermeabilizante. Aplicação: limpeza de pisos, cor: incolor leitoso, composição: a base de água, carnaúba e resinas metalizadas, frasco com 750 ml do produto.	FRC	225,0000	R\$ 13,39	R\$ 3.012,7500
2082	Colônia infantil, embalagem contendo no mínimo 400 ml, de baixa irritação dérmica, fragrância suave indicada para criança. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	Emb.	3.300,0000	R\$ 31,91	R\$ 105.303,0000
2083	Condicionador de cabelo Adulto, tipo hidratante, embalagem com no mínimo 400 ml.	Emb.	3.100,0000	R\$ 21,40	R\$ 66.340,0000
2084	Condicionador de cabelo infantil, tipo hidratante, embalagem com no mínimo 220 ml.	Emb.	3.300,0000	R\$ 19,37	R\$ 63.921,0000
2087	Desinfetante líquido biodegradável, com poder germicida e bactericida, frasco com 500ml.	FRC	12.700,0000	R\$ 6,68	R\$ 84.836,0000
2088	Desodorante antitranspirante em aerossol, embalagem com no mínimo 90 ml.	Emb.	200,0000	R\$ 19,37	R\$ 3.874,0000
2091	Desodorizador de ar em aerossol, aplicação: aromatizador de ambientes fechados, frasco com 400 ml.	FRC	2.950,0000	R\$ 21,81	R\$ 64.339,5000
2092	Detergente líquido, neutro, concentrado, biodegradável, caixa com 12 unidades, de 500 ml cada.	CX	5.474,0000	R\$ 28,96	R\$ 158.527,0400
2093	Escova odontológica tamanho adulto, cabo em plástico rígido e cerdas macias em nylon, cabeça retangular, com no mínimo 4 fileiras de cerdas.	UND	150,0000	R\$ 14,97	R\$ 2.245,5000
2094	Escova odontológica tamanho infantil, cabo em plástico rígido e cerdas macias em nylon, cabeça retangular, com no mínimo 4 fileiras de cerdas.	UND	2.100,0000	R\$ 13,68	R\$ 28.728,0000
2095	Escova para cabelos infantil.	UND	1.000,0000	R\$ 11,97	R\$ 11.970,0000

2096	Escova para lavar roupa confeccionada em material sintético, com cerdas em nylon, medidas aproximadas de 13x07cm.	UND	500,0000	R\$ 9,90	R\$ 4.950,0000
2097	Escova sanitária confeccionada em material plástico sintético, com cerdas de nylon e base coletora de água.	UND	832,0000	R\$ 11,80	R\$ 9.817,6000
2098	Esponja de lã de aço carbono para limpeza de utensílios domésticos, pacote com 08 unidades de 60g cada.	PCT	2.912,0000	R\$ 3,85	R\$ 11.211,2000
2099	Esponja sintética dupla face, medidas aproximadas: 110X75X20mm, aplicação: para lavar louças.	UND	3.282,0000	R\$ 4,21	R\$ 13.817,2200
2100	Flanela para limpeza, material: tecido em algodão, comprimento 60 cm, largura 40 cm, cores diversas.	UND	1.873,0000	R\$ 7,70	R\$ 14.422,1000
2101	Fósforo, embalagem com 10 caixas contendo 40 palitos cada.	Emb	1.737,0000	R\$ 6,06	R\$ 10.526,2200
2102	Fralda descartável infantil, tamanho G, para crianças com peso entre 9 a 12 kg, antialérgica, com maciez e absorção adequadas à sua finalidade, com superfície uniforme ainda que úmida, com formato anatômico, cintura ajustável, com recortes nas pernas, de preferência com dois a quatro elásticos, com barreira lateral antivazamento, possibilitando ajuste perfeito sem vazamentos, com duas tiras laterais adesivas para fixação, protegidas por fitas siliconizada com pequena dobradura para facilitar o manuseio. Comprimento total da fralda de no mínimo 35 cm, largura da manta de no mínimo 9 cm. Embalado conforme a praxe do fabricante em pacotes com no mínimo 42 unidades, trazendo os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no ministério da saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante. "	PCT	4.500,0000	R\$ 49,51	R\$ 222.795,0000
2103	Fralda descartável infantil, tamanho M, para crianças de 6 kg a 9 kg, antialérgica, com maciez e absorção adequadas à sua finalidade, com superfície uniforme ainda que úmida, com formato anatômico, cintura	PCT	4.500,0000	R\$ 39,24	R\$ 176.580,0000

	ajustável, com recortes nas pernas, de preferência com dois a quatro elásticos, com barreira lateral antivazamento, possibilitando ajuste perfeito sem vazamentos, com duas tiras laterais adesivas para fixação, protegidas por fitas siliconizada com pequena dobradura para facilitar o manuseio. Comprimento total da fralda de no mínimo 40 cm, largura da manta de no mínimo 9 cm. Embalado conforme a praxe do fabricante em pacotes com no mínimo 24 unidades.				
2104	Fralda descartável infantil, tamanho P, para crianças de 5 kg a 8 kg, antialérgica, com maciez e absorção adequadas à sua finalidade, com superfície uniforme ainda que úmida, com formato anatômico, cintura ajustável, com recortes nas pernas, de preferência com dois a quatro elásticos, com barreira lateral antivazamento, possibilitando ajuste perfeito sem vazamentos, com duas tiras laterais adesivas para fixação, protegidas por fitas siliconizada com pequena dobradura para facilitar o manuseio. Comprimento total da fralda de no mínimo 40 cm, largura da manta de no mínimo 9 cm. Embalado conforme a praxe do fabricante em pacotes com no mínimo 48 unidades.	PCT	3.500,0000	R\$ 30,83	R\$ 107.905,0000
2105	Fralda descartável infantil, tamanho RN, para crianças com peso entre até 04 kg, antialérgica, com maciez e absorção adequadas à sua finalidade, com superfície uniforme ainda que úmida, com formato anatômico, cintura ajustável, com recortes nas pernas, de preferência com dois a quatro elásticos, com barreira lateral antivazamento, possibilitando ajuste perfeito sem vazamentos, com duas tiras laterais adesivas para fixação, protegidas por fitas siliconizada com pequena dobradura para facilitar o manuseio. Comprimento total da fralda de no mínimo 35 cm, largura da manta de no mínimo 9 cm. Embalado conforme a praxe do fabricante em pacotes com no mínimo 36 unidades, trazendo os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no ministério da saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 12 (doze) meses, a partir	PCT	1.000,0000	R\$ 19,82	R\$ 19.820,0000

	da data de entrega na unidade requisitante.				
2106	Fralda descartável infantil, tamanho XG, para crianças com peso igual a 14 kg ou mais, antialérgica, com maciez e absorção adequadas à sua finalidade, com superfície uniforme ainda que úmida, com formato anatômico, cintura ajustável, com recortes nas pernas, de preferência com dois a quatro elásticos, com barreira lateral antivazamento, possibilitando ajuste perfeito sem vazamentos, com duas tiras laterais adesivas para fixação, protegidas por fitas siliconizada com pequena dobradura para facilitar o manuseio. Comprimento total da fralda de mínimo 35 cm, largura da manta de no mínimo 9 cm. Embalado conforme a praxe do fabricante em pacotes com no mínimo 24 unidades, trazendo os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no ministério da saúde. o prazo de validade mínimo deve ser de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega na unidade requisitante.	PCT	3.500,0000	R\$ 39,81	R\$ 139.335,0000
2108	Guardanapo de papel, material: celulose, dimensões mínimas largura 22 cm, comprimento 23 cm, cor: branca, características adicionais: macio, pacote com 50 unidades.	PCT	6.076,0000	R\$ 3,81	R\$ 23.149,5600
2109	Haste flexível em plástico, tipo cotonete, com duas pontas arredondadas, 100% algodão, caixa com 75 unidades.	CX	425,0000	R\$ 4,50	R\$ 1.912,5000
2110	Inseticida sem cheiro, tipo aerossol, multi-inseticida, com trava de segurança, embalagem com 500 ml.	Emb.	2.838,0000	R\$ 17,93	R\$ 50.885,3400
2112	Limpa alumínio neutro a base de ácido sulfônico, embalagem plástica com 500 ml do produto.	FRC	1.367,0000	R\$ 2,97	R\$ 4.059,9900
2113	Lixeira em plástico de alta resistência com tampa, capacidade 70 litros.	UND	758,0000	R\$ 172,03	R\$ 130.398,7400
2114	Lustrador de móveis á base de ceras naturais, para polimento de madeira e móveis em geral, frasco com 200 ml do produto.	UND	1.072,0000	R\$ 9,67	R\$ 10.366,2400
2115	Luvras para manuseio de produto de limpeza leve, tamanhos P/M/G, confeccionada em borracha látex, com palma antiderrapante, antibacteriana, com revestimento	PAR	2.906,0000	R\$ 7,53	R\$ 21.882,1800

	interno em verniz silver, hipoalergênica, cor: amarela, embalagem contendo 1 par.				
2116	Pá coletora de lixo, material do coletor: ferro galvanizado, material do cabo: madeira, comprimento do cabo 50cm.	UND	1.015,0000	R\$ 26,16	R\$ 26.552,4000
2117	Pano de chão para limpeza, confeccionado em tecido 100% algodão, alvejado, tamanho aproximado de 44x68cm,	UND	4.556,0000	R\$ 6,49	R\$ 29.568,4400
2118	Papel higiênico branco, neutro em rolos de 10 cm de largura x 30 metros de comprimento, folhas duplas, produto absorvente, fabricado com fibras naturais virgens, 100% celulose (NÃO RECICLÁVEL) expresso na embalagem, folhas macias e picotadas. Produto acondicionado em pacote contendo 4 rolos cada, constar informações do fabricante.	PCT	18.990,0000	R\$ 7,63	R\$ 144.893,7000
2119	Papel toalha interfolhado, medindo 22 cm x 21,6 cm, pacote com 1000 folhas.	PCT	8.291,0000	R\$ 23,59	R\$ 195.584,6900
2120	Pano de prato em algodão cru, comprimento mínimo 60 cm, largura mínima 40 cm, cor: branca, características adicionais: absorvente, lavável e durável.	UND	3.954,0000	R\$ 8,18	R\$ 32.343,7200
2121	Papel toalha, folha branca, macia, picotada, pacote contendo 2 rolos, cada rolo com 60 toalhas de 22 x 20 cm.	PCT	6.680,0000	R\$ 8,67	R\$ 57.915,6000
2122	Pedra Sanitária de 25g com gancho, aromas variados, contendo o nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	UND	4.896,0000	R\$ 4,53	R\$ 22.178,8800
2123	Pente para cabelos com dentes largos, cabo grande e ergonômico, que permitam a criança e o adulto usarem com facilidade, material plástico.	UND	250,0000	R\$ 8,39	R\$ 2.097,5000
2125	Prendedor de roupas, material: plástico, pacote com 12 unidades.	UND	480,0000	R\$ 5,32	R\$ 2.553,6000
2126	Rodo de borracha de alta resistência, medidas aproximadas da base: 29 cm, com cabo de madeira ou aço rosqueável, uso: puxar água de pisos.	UND	1.600,0000	R\$ 23,98	R\$ 38.368,0000
2127	Sabão de coco preparado com branqueador óptico, 200 gramas.	UND	2.440,0000	R\$ 4,45	R\$ 10.858,0000
2128	Sabão em barra neutro, pacote com 5 unidades de 200 gramas cada.	PCT	3.787,0000	R\$ 12,40	R\$ 46.958,8000
2129	Sabão em pasta para limpeza em	PTE	1.186,0000	R\$ 9,27	R\$ 10.994,2200

	geral, com ação desengraxante e de polimento, composição: agente mineral, conservante, glicerina, sabão de coco, água, pote com 500 gramas.				
2130	Sabão em pó, tensoativo biodegradável, composição: água, corante e branqueador óptico, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade, embalagem com 500 gramas.	Emb	8.922,0000	R\$ 6,02	R\$ 53.710,4400
2132	Sabonete líquido infantil, embalagem com no mínimo 250 ML, constando dados de identificação, procedência e prazo de validade.	Emb	4.950,0000	R\$ 23,76	R\$ 117.612,0000
2133	Sabonete hidratante infantil - 90g sabão base, óleo mineral, lanolina, dtpa, ehdp, ácido cítrico, tetradibutil pentaeritritil hidroxihidrocinnamato, dióxido de titânio, lauril éter sulfato de sódio, derivado de sulfostiril bifenil e perfume.	UND	4.500,0000	R\$ 6,67	R\$ 30.015,0000
2134	Sabonete para higienização pessoal, testado dermatologicamente, peso: 90 gramas, com fragrância agradável.	UND	3.140,0000	R\$ 4,52	R\$ 14.192,8000
2135	Saboneteira, material: polipropileno, para sabonete de 90 g, formato: oval ou retangular, cores diversas.	UND	950,0000	R\$ 6,50	R\$ 6.175,0000
2138	Saco plástico para lixo, capacidade de 100 litros, medindo: 75 x 5 cm, pacote com 100 unidades.	PCT	3.598,0000	R\$ 54,26	R\$ 195.227,4800
2139	Saco plástico para lixo, capacidade de 15 litros, medindo 39x38 cm, pacote com 100 unidades.	PCT	3.500,0000	R\$ 22,48	R\$ 78.680,0000
2140	Saco plástico para lixo, capacidade de 30 litros, medindo: 59 x 62 cm, pacote com 100 unidades.	PCT	3.734,0000	R\$ 30,13	R\$ 112.505,4200
2141	Shampoo Adulto com embalagem contendo 400 ml, perfume suave que não irrite os olhos. Composição: água, coco amidopropil betainatridecil éter sulfato de sódio, peg-80 laurato de sorbitano, lauroanfodiacetato dissódico, peg 150 diestearato, dimeticone copoliol, glicerina, poliquatérnio 44, edta tetrassódico, quatérnio 15, fragrância, fd&c vermelho nº 40 (ci 16035), d&c amarelo nº 10 (ci 47005) e ácido cítrico. Com data de validade de 12 meses, a partir da data de entrega deverá conter no rótulo ou impresso	UND	200,0000	R\$ 23,27	R\$ 4.654,0000

	na embalagem os dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.				
2142	Shampoo infantil com embalagem contendo 400 ml, perfume suave que não irrite os olhos. Composição: água, coco amidopropil betainatridecil éter sulfato de sódio, peg-80 laurato de sorbitano, lauroanfodiacetato dissódico, peg 150 diestearato, dimeticone copoliol, glicerina, poliquatérnio 44, edta tetrassódico, quatérnio 15, fragrância, fd&c vermelho nº 40 (ci 16035), d&c amarelo nº 10 (ci 47005) e ácido cítrico. Com data de validade de 12 meses, a partir da data de entrega deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem os dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Emb	4.300,0000	R\$ 22,22	R\$ 95.546,0000
2144	Soda cáustica líquida. Embalagem de 1 litro.	LT	1.850,0000	R\$ 21,09	R\$ 39.016,5000
2145	Talco para crianças, embalagem com 200 gramas, talco e fragrância hipoalergênicos à base de lavanda, camomila e outras essências naturais. Deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem os dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Emb.	4.200,0000	R\$ 14,94	R\$ 62.748,0000
2146	Toalha de Banho infantil	UND	600,0000	R\$ 29,63	R\$ 17.778,0000
2147	Toalha de banho, confeccionada em algodão felpudo de 1ª qualidade, dimensão mínima de 65 cm x 1,30 m.	UND	470,0000	R\$ 22,44	R\$ 10.546,8000
2150	Toalha de rosto, confeccionada em algodão felpudo de 1ª qualidade, dimensão mínima de 0,45 cm x 0,70 cm.	UND	906,0000	R\$ 13,64	R\$ 12.357,8400
2151	Toalhinhas umedecidas para recém-nascido, dermatologicamente testado, hipoalergênica, sem fragrância, ultra resistente, disponível em pacote com 100 lencinhos.	PCT	4.500,0000	R\$ 12,53	R\$ 56.385,0000
2153	Touca, tipo descartável, material polipropileno, cor branca, características adicionais: tamanho único, com elástico, pacote com 100 unidades.	PCT	502,0000	R\$ 18,53	R\$ 9.302,0600
2155	Varal de nylon com 10 metros.	UND	334,0000	R\$ 6,67	R\$ 2.227,7800
2156	Vassoura de pêlo, confeccionada com cerdas de pêlo natural, cabo de madeira ou aço, base com no mínimo de 28 cm.	UND	1.810,0000	R\$ 17,00	R\$ 30.770,0000
2157	Vassoura fabricada com cerdas de nylon, base com no mínimo de 28 cm,	UND	1.640,0000	R\$ 16,77	R\$ 27.502,8000

	com cabo de madeira ou aço fortificado.				
2162	Avental, material: pvc forrado; tipo impermeável; medidas: 1.00@ x 0.70 (L); tiras de amarras fixas.	UND	181,0000	R\$ 18,54	R\$ 3.355,7400
2163	Bacia canelada em polipropileno, capacidade de 13,5 litros, medindo 16,5x40 cm, cores variadas.	UND	335,0000	R\$ 17,33	R\$ 5.805,5500
2164	Bacia canelada, capacidade de 34 litros material polipropileno, medindo 28,8x54,6 cm, cores variadas.	UND	415,0000	R\$ 35,91	R\$ 14.902,6500
2165	Bacia em plástico de alta resistência, capacidade 12 litros.	UND	316,0000	R\$ 21,19	R\$ 6.696,0400
2166	Bacia em plástico de alta resistência, capacidade 17 litros.	UND	336,0000	R\$ 25,66	R\$ 8.621,7600
2167	Balde em plástico de alta resistência com alça de metal, capacidade 15 litros.	UND	600,0000	R\$ 19,20	R\$ 11.520,0000
2168	Balde em plástico de alta resistência com alça de metal, capacidade de 20 litros.	UND	506,0000	R\$ 19,65	R\$ 9.942,9000
2169	Banheira infantil plástica 20L 735X415X230MM	UND	75,0000	R\$ 41,57	R\$ 3.117,7500
2184	Copo plástico descartável, capacidade de 180 ml, na cor branca, material: polipropileno, caixa com 2.500 unidades.	CX	2.046,0000	R\$ 195,95	R\$ 400.913,7000
2185	Copo plástico descartável, capacidade de 300 ml, na cor branca, material: polipropileno, caixa com 2.000 unidades.	CX	1.056,0000	R\$ 228,44	R\$ 241.232,6400
2186	Copo plástico descartável, capacidade de 50 ml, na cor branca, material: polipropileno, caixa com 5.000 unidades.	CX	792,0000	R\$ 154,93	R\$ 122.704,5600
2228	Bacia em plástico de alta resistência, capacidade 25 litros.	UND	220,0000	R\$ 24,89	R\$ 5.475,8000
2229	Mangueira para jardim em PVC, reforço com fios de poliéster, flexível, com comprimento de 10 metros.	UND	331,0000	R\$ 42,68	R\$ 14.127,0800
2230	Rodo de borracha de alta resistência, medidas aproximadas da base: 40 cm, com cabo de madeira ou aço roscável, uso: puxar água de pisos.	UND	1.468,0000	R\$ 27,33	R\$ 40.120,4400
2231	Tapete para porta, confeccionado em poliéster, com no mínimo 40 x 65 cm.	UND	14,0000	R\$ 31,14	R\$ 435,9600
9536	Prato em plástico descartável para refeição, com no mínimo 210mm, pacote com 10unid. conforme normas da ABNT.	PCT	2.040,0000	R\$ 4,71	R\$ 9.608,4000
9537	Prato em plástico descartável para	PCT	1.340,0000	R\$ 3,44	R\$ 4.609,6000

	sobremesa, com no mínimo 150mm, pacote com 10unid. conforme normas da ABNT.				
9538	Talher em plástico descartável, tipo garfo para sobremesa, aplicação copa e cozinha, características adicionais descartável resistente, cores variadas, pacote com 50 unidades.	PCT	980,0000	R\$ 6,20	R\$ 6.076,0000
9539	Talher em plástico descartável, tipo garfo para refeição, aplicação copa e cozinha, características adicionais descartável resistente, cores variadas, pacote com 50 unidades.	PCT	950,0000	R\$ 5,29	R\$ 5.025,5000
9540	Talher em plástico descartável, tipo colher para refeição, aplicação copa e cozinha, características adicionais descartável resistente, cores variadas, pacote com 50 unidades.	PCT	780,0000	R\$ 5,43	R\$ 4.235,4000
9541	Talher em plástico descartável, tipo colher para sobremesa, aplicação copa e cozinha, características adicionais descartável resistente, cores variadas, pacote com 50 unidades.	PCT	980,0000	R\$ 5,38	R\$ 5.272,4000
9612	Mangueira para jardim em PVC, reforço com fios de poliéster, flexível, com comprimento de 25 metros.	UND	50,0000	R\$ 118,48	R\$ 5.924,0000
12437	PROTETOR SOLAR FPS 60; CONTENDO 200ML; RESISTENTE A ÁGUA; AMPLA PROTEÇÃO UVA-UVB; AÇÃO HIDRATANTE, NÃO OLEOSO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, NÃO COMENDOGENICO.	UND	30,0000	R\$ 49,30	R\$ 1.479,0000
12910	Saco plástico para lixo, capacidade 50 litros, medindo: 63 x 82 cm, pacote com 100 unidades.	PCT	2.590,0000	R\$ 35,41	R\$ 91.711,9000
16185	Dentífrício. Composição Básica: Creme Dental Com Flúor. Tipo: Adulto. Capacidade: 180 G	UND	4.300,0000	R\$ 8,00	R\$ 34.400,0000
16314	Luvras multiuso de látex natural, com palma antiaderente e interior em algodão, tipo punho curto, tamanhos p/m/g, embalagem contendo um par de luvas.	PAR	100,00	R\$ 19,11	R\$ 1.911,0000
R\$ 5.061.259,0500					

1.1.2 UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS REQUISITANTES:

UG	UO	
2000	2026	Secretaria Municipal de Finanças
2000	2023	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
2000	2024	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
2000	2029	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

3000	2018	Superintendência Municipal De Transporte e Trânsito
4000	2006	Fundo Municipal de Saúde de Nossa Sra. Da Glória
5000	2009	Fundo Municipal de Assistência Social de Nossa Sra. Da Glória
2000	2025	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer Turismo
2000	2028	Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84. da Lei 14.133/2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do termo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação encontram-se devidamente detalhadas no item 2 do Estudo Técnico Preliminar, que integra o presente processo administrativo, cujos termos ficam aqui integralmente ratificados.

2.2. A presente demanda tem por objeto a aquisição parcelada de materiais de limpeza, higienização e higiene pessoal, visando atender às necessidades contínuas de manutenção, conservação e asseio das infraestruturas físicas das Secretarias Municipais de Nossa Senhora da Glória, Fundos Municipais e da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT).

2.3. A necessidade fundamenta-se no dever da Administração Pública em assegurar condições adequadas de salubridade e higiene nos prédios públicos. Tais materiais são indispensáveis para a prevenção de doenças infectocontagiosas e para o cumprimento das normas de vigilância sanitária vigente, garantindo um ambiente seguro e digno tanto para os servidores públicos quanto para os munícipes usuários dos serviços.

2.4. A opção pela contratação centralizada, abrangendo diversos órgãos e entidades da administração direta e indireta, justifica-se pelos seguintes pontos:

2.5. Economia de Escala: A concentração do volume de compras permite a obtenção de preços mais competitivos junto ao mercado fornecedor.

2.6. Padronização Administrativa: Facilita o controle de qualidade dos insumos utilizados em toda a rede municipal.

2.7. Eficiência Processual: Reduz o número de processos licitatórios isolados, otimizando a força de trabalho da Comissão de Contratação e dos agentes públicos envolvidos.

2.8. A ausência destes materiais compromete diretamente a continuidade dos serviços públicos essenciais. Sem a devida higienização, unidades de saúde, escolas e centros administrativos tornam-se locais insalubres, o que pode gerar interrupções nas atividades, riscos à saúde pública e deterioração precoce do patrimônio mobiliário e imobiliário do Município.

2.9. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, o que indica alinhamento com o planejamento da Administração.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução adotada, considerada em sua integralidade, encontra-se pormenorizadamente descrita no item 8 do Estudo Técnico Preliminar, documento que integra os autos do processo administrativo e cujas disposições são aqui expressamente acolhidas;

3.2. A solução proposta consiste na futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais de limpeza e higiene pessoal, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais, dos Fundos Municipais e da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) de Nossa Senhora da Glória/SE, pelo período de 12 (doze) meses.

3.3. A adoção do SRP mostra-se a alternativa mais vantajosa à Administração, tendo em vista que a demanda pelos materiais é contínua, variável e de difícil mensuração exata, em razão das especificidades de cada unidade administrativa, do fluxo de atendimento ao público e das rotinas operacionais. Tal sistemática permite a contratação conforme a necessidade, evitando a formação de estoques excessivos e reduzindo riscos de perdas decorrentes da perecibilidade de determinados itens.

3.4. A solução contempla o fornecimento de diversos itens essenciais à manutenção das condições adequadas de higiene e salubridade dos ambientes públicos, incluindo produtos de limpeza em geral (como detergentes, desinfetantes, água sanitária, entre outros) e materiais de higiene pessoal (como papel higiênico, sabonetes, etc.), os quais deverão atender rigorosamente às normas técnicas e sanitárias vigentes, garantindo a segurança dos usuários e servidores.

3.5. O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante emissão de ordens de fornecimento, conforme a demanda de cada órgão participante, possibilitando maior eficiência no gerenciamento de estoques e melhor planejamento logístico por parte da Administração e da(s) futura(s) contratada(s).

3.6. A solução abrange, ainda, todas as etapas necessárias à perfeita execução contratual, incluindo o transporte, a entrega nos locais indicados, a descarga dos materiais e a substituição de produtos em desacordo com as especificações estabelecidas, no prazo a ser definido neste Termo de Referência.

3.7. Ressalta-se que a padronização dos itens a serem adquiridos contribuirá para ganhos de escala, maior economicidade e eficiência administrativa, além de facilitar o controle e a fiscalização contratual. Sempre que possível, serão observados critérios de sustentabilidade, priorizando produtos menos agressivos ao meio ambiente e à saúde humana.

3.8. Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada para assegurar o atendimento contínuo das demandas institucionais, garantindo a manutenção de ambientes públicos limpos, higienizados e em conformidade com as normas de vigilância sanitária, além de promover o uso racional dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos aqui elencados visam garantir que os materiais de limpeza e higiene pessoal atendam aos padrões de qualidade e segurança necessários para o Município de Nossa Senhora da Glória/SE.

Requisitos de Qualidade e Conformidade

4.2. Registro e Notificação: Todos os produtos químicos (desinfetantes, detergentes, sabonetes líquidos, etc.) deverão possuir registro ou notificação vigente na ANVISA/Ministério da Saúde, conforme a classe do produto.

4.3. Validade: No ato da entrega, os materiais deverão apresentar um prazo de validade remanescente de, no mínimo, 12 (doze) meses (ou 75% da vida útil total), para evitar perdas no estoque.

4.4. Rotulagem: As embalagens devem conter rótulos em língua portuguesa, indicando composição, modo de usar, precauções, dados do fabricante e número do lote/data de fabricação.

Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

4.5. Os materiais de limpeza e higiene pessoal deverão atender aos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.6. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação deve ser admitida apenas quando necessária e desde que não comprometa a execução do objeto contratual.

4.7. No presente caso, considerando que o objeto consiste no fornecimento de materiais de limpeza e higiene pessoal, classificados como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e que não demandam especialização técnica complexa para sua execução, não se verifica justificativa técnica ou econômica para a admissão de subcontratação.

4.8 Ademais, a vedação à subcontratação contribui para o fortalecimento do controle contratual, uma vez que concentra na empresa contratada a responsabilidade integral pelo fornecimento dos materiais, incluindo qualidade, prazos, logística e conformidade com as especificações estabelecidas.

4.9 Ressalta-se que a fragmentação da execução contratual por meio de subcontratações poderia dificultar a fiscalização, aumentar riscos operacionais e comprometer a padronização dos produtos fornecidos, em prejuízo do interesse público.

4.10 Dessa forma, fica vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação, devendo a empresa contratada executar diretamente todas as obrigações assumidas, garantindo maior eficiência, segurança e transparência na execução contratual, em consonância com os princípios da Administração Pública previstos na Lei nº 14.133/2021.

Garantia da contratação

4.11 Com fulcro no art. 96, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, fica dispensada a exigência de garantia contratual. Tal medida fundamenta-se na natureza do objeto — fornecimento de bens comuns com entrega parcelada — em que o pagamento está estritamente condicionado ao efetivo recebimento e aceitação definitiva dos produtos, o que anula o risco de prejuízo financeiro por antecipação de valores.

4.12 A dispensa justifica-se, ainda, pela baixa complexidade do fornecimento e pela ampla competitividade do mercado, fatores que reduzem a exposição da Administração a riscos operacionais. A exigência de garantia, neste cenário, representaria um custo indireto desnecessário ao licitante, podendo restringir a participação de pequenas empresas e elevar os preços propostos, sem que houvesse um benefício compensatório à segurança do contrato.

4.13 A mitigação de riscos será garantida pela fiscalização ativa de servidor designado, responsável por monitorar o rigoroso cumprimento dos prazos, a qualidade dos itens e as condições de entrega. Eventuais desconformidades serão objeto de glosa imediata ou recusa do lote, assegurando a integridade do erário.

4.14 Ressalta-se que a ausência de garantia não exime a contratada de suas responsabilidades legais. O inadimplemento das obrigações sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, além da rescisão contratual e demais medidas judiciais cabíveis.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.15 Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme artigo 48, inciso II, da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores.

4.15.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.15.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.15.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Da exigência de amostra

4.16 Após a aceitação da proposta quanto ao valor, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar poderá ser convocado, a critério exclusivo da Administração, para apresentar amostra(s) do(s) item(ns) que julgar necessário(s) à verificação de conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

4.17 A solicitação de amostra, quando realizada, indicará data, local e horário para sua apresentação e/ou avaliação, os quais serão divulgados por meio do sistema eletrônico.

4.18 A participação na sessão de avaliação das amostras será facultada aos demais licitantes interessados.

4.19 A não apresentação da amostra, quando formalmente solicitada, ou a sua reprovação por desconformidade com as especificações exigidas, implicará a desclassificação da proposta, observados o contraditório e a ampla defesa.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Prazo e Local de Entrega

5.1 O fornecimento dos materiais de limpeza e higiene pessoal será realizado mediante emissão de Ordem de Fornecimento pelas Secretarias, Fundos Municipais e demais Unidades Gestoras solicitantes.

5.2 A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, observando-se as condições adequadas de armazenamento, transporte e validade dos produtos.

5.3 A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado Central do Município ou nos locais indicados pelas unidades solicitantes, em dias úteis, durante o horário de expediente, mediante prévio agendamento com o setor responsável.

5.4 Os materiais de limpeza e higiene pessoal deverão ser entregues em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, incluindo marca, apresentação, composição, embalagem, quantidade e qualidade, atendendo às normas sanitárias e regulamentações vigentes.

5.5 Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens adequadas, íntegras e lacradas, quando aplicável, contendo informações claras quanto à composição, instruções de uso, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a legislação aplicável.

5.6 Constatadas irregularidades, desconformidades ou vícios de qualidade nos produtos entregues, a Contratada deverá promover a substituição ou reposição dos itens no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

5.7 O descumprimento dos prazos de entrega sujeitará a Contratada às penalidades previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

Garantia dos Produtos

5.8 Os materiais de limpeza e higiene pessoal fornecidos deverão possuir garantia quanto à sua qualidade, eficácia e segurança de uso, devendo estar em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e com as normas sanitárias vigentes.

5.9 Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade compatível com sua utilização, observando-se, sempre que possível, prazo mínimo remanescente de validade a ser definido no edital, de modo a evitar perdas por vencimento.

5.10 A Contratada será responsável pela substituição de quaisquer produtos que apresentem defeitos, alterações em suas características, baixa eficácia ou inadequação ao uso a que se destinam, no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.6 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.6.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.6.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.6.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.11 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.13 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1 o prazo de validade;

7.10.2 a data da emissão;

7.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 o valor a pagar; e

7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na

impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

9.2 O fornecimento acontecerá de forma parcelada conforme empenhos e ordens de fornecimento emitidas pela Unidade Gestora.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020;

9.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.12 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

9.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14 Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas no edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso da pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.32 Para os itens que representam parcelas de maior relevância valorativa, equivalente a 4% ou mais, do valor total estimado da contratação, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que o licitante já forneceu quantidades de no mínimo 40% do quantitativo do item ou item semelhante, sendo admitido o somatório de atestados.

9.33 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34 A comprovação da aptidão técnica será acompanhada, obrigatoriamente, de documentos que atestem a veracidade e a execução do objeto declarado, devendo o licitante apresentar:

- a) Cópia do Instrumento Contratual ou da Nota de Empenho que fundamentou o atestado;
- b) Cópias das Notas Fiscais correspondentes, devidamente atestadas, que comprovem o volume e a natureza dos produtos fornecidos;
- c) Demais documentos complementares, se necessários, que permitam a rastreabilidade da operação comercial e a legitimidade do atestado apresentado.

9.35 Apresentar Licença Sanitária (ou Alvará Sanitário) vigente, expedida pelo órgão de vigilância sanitária competente (municipal ou estadual) da localidade da sede da licitante, comprovando que o estabelecimento está apto a exercer as atividades objeto desta licitação.

9.36 Para os itens classificados como saneantes, produtos de higiene pessoal e cosméticos, as licitantes deverão apresentar:

- a) Comprovação de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), atualizada, expedida pela ANVISA, com a atividade de armazenar, distribuir ou comercializar, conforme o caso;
- b) Comprovação de Registro ou Notificação de cada produto ofertado junto à ANVISA, dentro do prazo de validade, para fins de comprovação da regularidade sanitária do item.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.061.259,05 (cinco milhões, sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos no item 1 deste instrumento.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2 Por tratar-se de Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes das futuras contratações do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados na realização de empenhos prévios, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Nossa Senhora da Glória/SE, 07 de maio de 2026.

Línia Carla Azevedo de Oliveira
Membro da Equipe de Planejamento

1928

Tiago de Souza Gois Rezende
Presidente da Equipe de Planejamento
Secretário Municipal de Adm. e Planejamento

